

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Especial Abrantes | Abril de 2013

Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

**Alerta à população:
Segurança em risco!**

**O que esconde a
presidente da C.M.Abrantes?**

**Porque quer extinguir um Corpo
de Bombeiros com 160 anos?**

**Porque quer acabar com a
carreira com 20/30 anos dos
bombeiros profissionais?**

especial

Especial

Municipais de Abrantes: explicação à população sobre insegurança no Município

A Inspeção Geral da Administração Local recebeu queixas sobre alegadas irregularidades em transferências efetuadas pela Câmara Municipal de Abrantes para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, através de um protocolo.



-Em Março de 2012, a IGAL proibiu o pagamento do horário extraordinário dos bombeiros municipais e bombeiros voluntários, como voluntários, pela Câmara Municipal de Abrantes.
-Determinou a devolução de 574.326,54 euros pelo antigo e atual presidentes da autarquia por irregularidades detetadas entre os anos de 2009 e 2011.

NO ENTANTO, AS RECOMENDAÇÕES DA IGAL SÃO CONTORNADAS:



É assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Abrantes e os Voluntários de Constância.

- O protocolo foi defendido pela autarquia como forma de resolver os problemas dos municipais de Abrantes e da proteção civil municipal, mas na prática só serviu para pagar aos bombeiros de Abrantes que prestavam serviço de voluntariado, quer municipais, quer voluntários. Uma estratégia para fugir ao fisco?

- São feitas várias transferências de valor médio na ordem dos 10 mil euros. Entre os meses de maio e dezembro de 2012, a autarquia transferiu 84 mil e 100 euros para a Associação de Bombeiros Voluntários de Constância.

- O protocolo foi suspenso em fevereiro de 2013, por suspeitas de irregularidades.

A presidente da Câmara avança com a criação de um agrupamento, alegando, mais uma vez, que pretende salvaguardar a proteção civil municipal e o interesse dos bombeiros municipais de Abrantes, mas nem todas as Câmaras Municipais do distrito concordam.

Afirma ainda que não vai extinguir os Bombeiros Municipais de Abrantes, em reunião com ANBP/SNBP e em notícias publicadas.

Afirma que não pode contratar mais bombeiros mas em reunião com ANBP/SNBP diz que tinha vagas na Câmara para novos funcionários, mas que não abria concurso para os bombeiros porque não queria.

A presidente de Câmara apoia a criação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, dizendo ser iniciativa da Sociedade Civil



Reúne no quartel com os bombeiros municipais de Abrantes e anuncia a intenção de extinguir os Bombeiros Municipais de Abrantes, ou seja, AMEAÇA EXTINGUIR UM SERVIÇO PÚBLICO!

Sugere aos Bombeiros que assinem e aceitem ser transferidos para a Associação cuja criação apoia, mas cujo corpo de Bombeiros não está legalizado.

Colocou aos bombeiros dois cenários: ou eram cedidos por interesse público à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes ou em caso de recusa entrariam na mobilidade interna para qualquer outro serviço do município porque iria extinguir o serviço de proteção civil e bombeiros.



A INTENÇÃO DA PRESIDENTE DA AUTARQUIA COLOCA EM CAUSA A CARREIRA DOS BOMBEIROS PROFISSIONAIS EXISTENTES NOS BOMBEIROS MUNICIPAIS DE ABRANTES! RETIRA-LHES OS DIREITOS E ACABA COM A SUA CARREIRA ENQUANTO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, AO SEREM CEDIDOS À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA. ALGUNS DOS BOMBEIROS CONTAM COM MAIS DE 20 ANOS DE PROFISSÃO. ESTAS MEDIDAS SÃO PIORES DO QUE AS DA TROIKA!

Coincidência

Entre os sócios Fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntários de Abrantes estão:

- PRESIDENTE DA Assembleia Municipal de Abrantes
- Comandante de Constância
- ex-dirigentes do Partido Socialista

A curiosidade é que o primeiro é PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES e o segundo é COMANDANTE DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CONSTÂNCIA

Inspeção Geral da Administração Local deteta ilegalidades e determina pagamento de mais de 500 mil euros à C.M.Abrantes

Inspeção da IGAL

A Inspeção da IGAL, realizada em 2011, detetou graves irregularidades que levaram a que o caso fosse encaminhado para o Ministério Público. Entre elas:

- “pagamento de 250 horas/mês, a título de trabalho voluntário, aos adjuntos de comando dos bombeiros municipais em 2008, 2009 e 2010”;
- “contrato de prestação de serviços de Coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil, em 2009”
- “contrato de prestação de serviços de comandante de bombeiros municipais de 2006 a 2010”

Os bombeiros profissionais e assistentes operacionais, funcionários da autarquia, eram pressionados para fazer serviço noturno e aos fins-de-semana em regime de voluntariado e pagos miseravelmente a 2 euros à hora. A autarquia não pagava impostos, nem as horas de trabalho de acordo com a tabela legal, nem segurança social!

O que é que a Autarquia fez?

- manteve a situação dos voluntários
- não abriu concurso para bombeiros municipais
- assinou um protocolo com os voluntários de Constância
- criou um agrupamento de bombeiros
- apoiou a criação de Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes

A IGAL determinou que a não requalificação do assistente operacional Carlos Senhorinho, na sua função como Bombeiro foi por **inoperância da Câmara**. A Câmara recusou, mas abriu concurso para integração de assistentes operacionais! A autarquia tem **brincado com o futuro profissional dos seus funcionários!**

Protocolo B.V.Constância

A Câmara Municipal de Abrantes assinou, em Maio de 2012, um protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância para legitimar a transferência de verbas para esta instituição pagar o trabalho de voluntários. Este protocolo viria a ser suspenso em fevereiro de 2013, e encaminhado para clarificação para o Departamento de Administração e Finanças, por suspeita de “irregularidades”, conforme apontavam a ANBP/SNBP.

Não é verdade o que diz a presidente de Câmara: Bombeiros Municipais não custam 1 Milhão

A autarquia justifica a extinção dos municipais de Abrantes com os gastos que tinha com a corporação e que, segundo a presidente, chegariam ao milhão de euros! Mas agora a Câmara de Abrantes vai transferir 600 mil euros para a Associação Humanitária para pagar aos bombeiros municipais!

Afinal, quanto custam os bombeiros Municipais?

Criação de corpo de bombeiros voluntários aumenta custos:

- B.M. Abrantes: custam à Câmara **300 mil euros por ano**;
- Protocolo com Voluntários de Abrantes: **84 mil e 100 euros (à razão de uma média de 10 mil euros/mês)**
- Presidente da Câmara Municipal de Abrantes admite transferir **600 mil euros para apoiar corporação de voluntários de Abrantes**, onde pretende incluir os Bombeiros Municipais.

AFINAL, O QUE FICA MAIS CARO?

Câmara transferiu 84 mil euros para B.V.Constância

Ao abrigo deste protocolo a Câmara de Abrantes transferia, em média, mensalmente, cerca de 10 mil euros. Entre os meses de maio de 2012 e fevereiro de 2013, a autarquia transferiu 84 mil e 100 euros para a Associação de Bombeiros Voluntários de Constância. ANBP/SNBP sempre defenderam que este protocolo não poderia servir para pagar horas de voluntário aos bombeiros de Abrantes, em especial aos profissionais, aos quais era negado o pagamento de acordo com a lei. Uma estratégia para fugir aos impostos! Não será este mais um caso de polícia?

Criação de agrupamento não resolve socorro!

A autarquia criou o agrupamento de bombeiros do Médio Tejo para resolver a questão do protocolo celebrado com B.V. Constância. No entanto, justificou a sua criação alegando resolver os problemas dos bombeiros municipais de Abrantes e a sua capacidade de resposta;

A Câmara Municipal de Abrantes pretende criar uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários. Numa altura em que o governo quer reduzir a despesa e cortar nas verbas de apoio, a autarquia de Abrantes pretende gastar dinheiro para constituir uma Associação Humanitária. Onde vai buscar este dinheiro?

Câmara quer extinguir Municipais

A 8 de janeiro, a Agencia Lusa noticiava que a Câmara de Abrantes anunciou a “extinção num futuro próximo” dos Bombeiros Municipais, e anunciou a opção de “incentivar e apoiar a criação de uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

Mas em reunião com ANBP/SNBP, ocorrida um dia depois, a autarca garantia aos dirigentes associativos e sindicais que a extinção da corporação não era “um dado adquirido”.

Mais recentemente, a autarca reuniu com os bombeiros municipais de Abrantes para os informar da transferência de toda a estrutura física e humana para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes.

Afinal, o que quer a presidente da Câmara de Abrantes?

Quem ganha com a criação de uma Associação B.V.Abrantes?

A quem interessa extinguir os Bombeiros Municipais de Abrantes com mais de 160 anos? Quem ganha com a criação de uma Associação Humanitária que não vai melhorar a prestação de socorro?

Onde estão os direitos dos Bombeiros?

Agora os Bombeiros Municipais são obrigados a fazer parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, sob pena de serem colocados em mobilidade! Onde estão os direitos dos bombeiros e solidariedade da presidente da Câmara Municipal de Abrantes?

A quem convém o fim de um serviço público?

Sendo os Municipais de Abrantes uma corporação mista, os voluntários sempre conviveram e bem com os bombeiros municipais. **Porque querem acabar com uma corporação com 160 anos? A quem convém o fim de um serviço público e o apoio, com dinheiros públicos, a uma instituição privada?**

Que interesses esconde a criação desta instituição?

A presidente da autarquia diz que a nova associação é uma instituição criada pela sociedade civil. No entanto, a autarca (PS) é a mentora do projeto e, COMO SÓCIOS FUNDADORES DA NOVA ASSOCIAÇÃO fazem parte elementos da Assembleia Municipal (PS) e o comandante dos B.V. de Constância. **Não será uma forma de ocultar outros interesses?**

Esta situação vai continuar a permitir que se continue a pagar miseravelmente aos bombeiros voluntários e profissionais!

Municipais e Voluntários trabalham bem em conjunto

No quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes coabitam bombeiros profissionais e bombeiros voluntários, sendo um exemplo de cooperação e de trabalho conjunto.

Não à extinção dos bombeiros

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais não têm nada contra a criação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes. Estão **CONTRA A EXTINÇÃO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS**

Abrantes extingue; Leiria valoriza

Numa altura em que outros autarcas, como o de Leiria (PS), valorizam a existência de bombeiros municipais e afirmam que para se dar respostas à atual crise é preciso investir nos municipais, em Abrantes aposta-se na sua extinção. **PORQUÊ?**

C. M. Abrantes deve apoiar os seus bombeiros

Se a senhora presidente quer garantir mais segurança aos munícipes de Abrantes deve incentivar a sociedade civil a criar e a custear viaturas e uma sede própria para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes. Deve ainda garantir, conforme diz a lei, apoio ao corpo de Bombeiros Municipais de Abrantes com 160 anos de história, cujas instalações custaram ao erário público centenas de milhares de euros.

Criação do corpo de Bombeiros Voluntários é ilegal

A criação do corpo de bombeiros voluntários de Abrantes é ilegal porque não teve qualquer autorização da Autoridade Nacional de Proteção Civil, a quem cabe permitir esta constituição!

ANPC não recebeu pedido para a criação de B.V.Abrantes

A Câmara Municipal de Abrantes não fez qualquer pedido à ANPC para a criação do corpo de Voluntários de Abrantes, ao contrário do que referiu o presidente da AHBVA ao Jornal de Abrantes a 8 de Abril. João Furtado explicou que a associação “está em funções mas o corpo ainda está em processo de criação”, faltando ainda, para que funcione em pleno, “a fase de instauração do processo e aguardamos autorização formal da Autoridade Nacional de Proteção Civil”.

A verdade, no entanto, é que nunca a terão solicitado!

Onde páram os 16 mil euros?

A Central do Pego terá, alegadamente, concedido um subsídio aos Bombeiros Municipais de Abrantes, supostamente de 16 mil euros, para comprar fardamento para os bombeiros municipais e voluntários, o que, até ao momento, não se concretizou. Onde para o dinheiro? Será que foi para pagar **miseravelmente** aos voluntários? Será porque o presidente da Associação Humanitária de Abrantes é engenheiro na Central do Pego? Quanto a equipamentos, até agora, **NADA!**

Onde anda o relatório da morte da Bombeira Paulina Pereira?

Onde anda o inquérito da bombeira Paulina Pereira, assistente operacional, falecida ao serviço quando seguia para um incêndio? Passado quase um ano, ainda não foram clarificadas as circunstâncias em que ocorreu a sua morte e a razão pela qual ia a caminho de um incêndio!

As Associações Humanitárias de Bombeiros de todo o país, debatem-se com graves problemas de subsistência, que podem comprometer o socorro. A presidente da Câmara Municipal de Abrantes está em contra-ciclo e quer prejudicar os Bombeiros Municipais, e não salvaguarda a segurança das populações.

Senão veja-se:

- **Metade das 340 corporações de bombeiros voluntários do país está em risco de falência. (RTP, Abril 2013)**
- **B.V.Favaios: dificuldades económicas obrigam bombeiros de Favaios a emigrar. Num curto espaço de tempo emigraram sete bombeiros. (Abril 2013)**
- **Bombeiros de Silves em risco de parar. Dificuldades financeiras resultam da queda de receitas. (Janeiro 2013)**
- **B.V.Manteigas: 40 bombeiros deixaram de fazer serviço no quartel. (Janeiro 2013)**
- **B.V.Coimbra pedem empréstimo para pagar salários. (Julho 2012)**
- **B.V.Leixões: está em risco de falência com dívidas de 200 mil euros à Segurança Social. Os bombeiros assalariados não recebem salários há mais de cinco meses. (Abril 2013)**

Avis Rejeita o Transporte a Doentes Não Urgentes Com Dívidas à Associação

O presidente da direção dos bombeiros de Avis, Simão Velez, anunciou que a corporação não fará o transporte dos doentes não urgentes que tenham dívidas para com a associação. A corporação está a atravessar grandes dificuldades financeiras, agravadas por “imensas” dívidas relativas ao transporte requisitado por utentes. (Abril 2013)